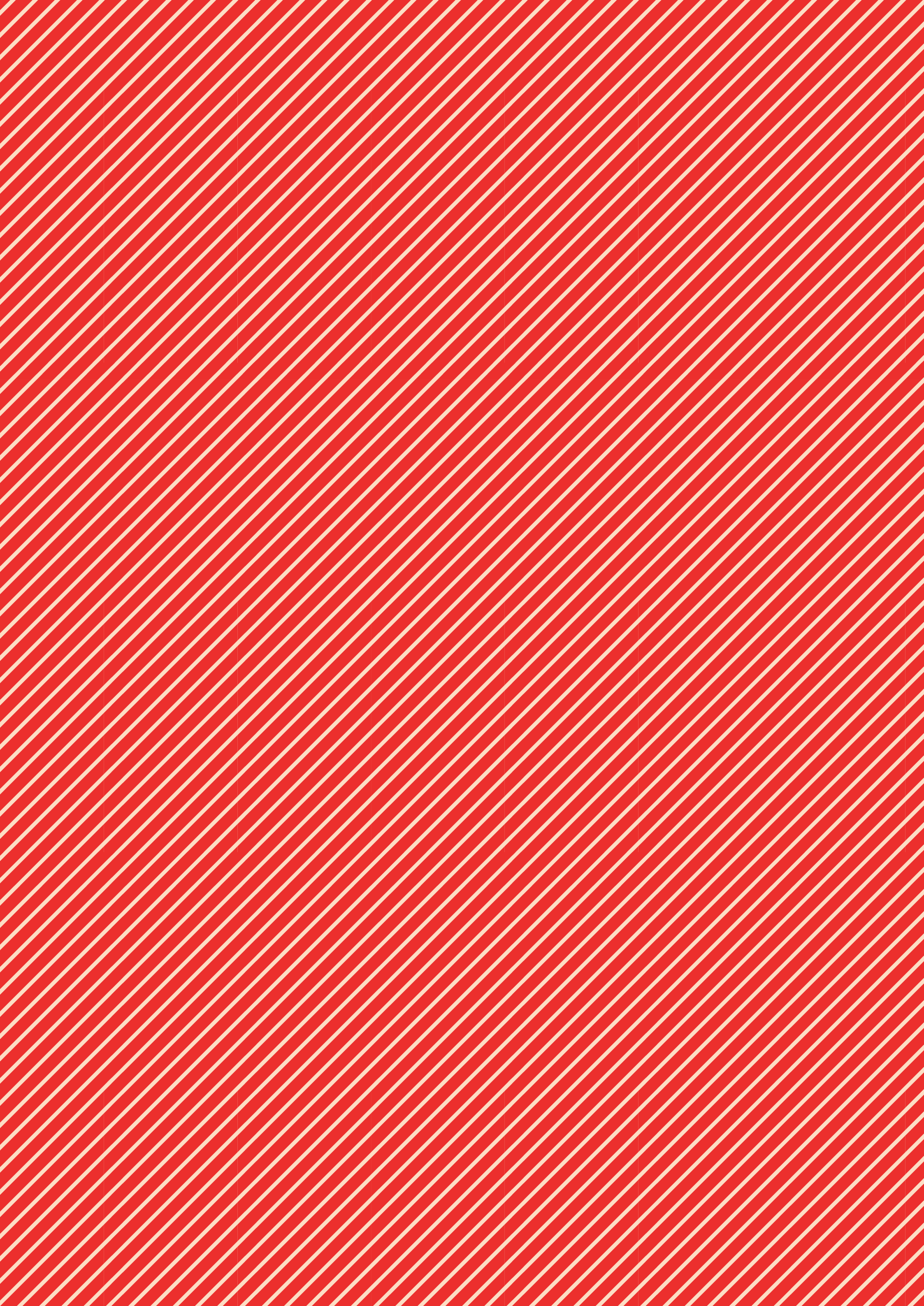


**EIXO  
ENTRELAÇAR**

**GUIA PARA  
GESTORES(AS)**

*ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL NA  
JORNADA ESCOLAR DE TEMPO INTEGRAL,  
NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL*





## Articulação Intersetorial na Jornada Escolar de Tempo Integral, na Perspectiva da Educação Integral

Este documento, elaborado pelo Ministério da Educação, apresenta diretrizes para a implementação do Programa Escola em Tempo Integral, com foco na Educação Integral e na intersetorialidade. Ele propõe estratégias para articular diferentes setores públicos e atores sociais, visando ao desenvolvimento integral de bebês, crianças, adolescentes e jovens, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

A intersetorialidade constitui um dos pilares estruturantes da Política de Educação Integral em Tempo Integral e é condição essencial para garantir o direito à educação integral. A proposta reconhece que a formação plena dos estudantes ultrapassa os limites da escola e requer a corresponsabilidade de diversos setores públicos e da sociedade civil, em consonância com os princípios constitucionais de que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família.

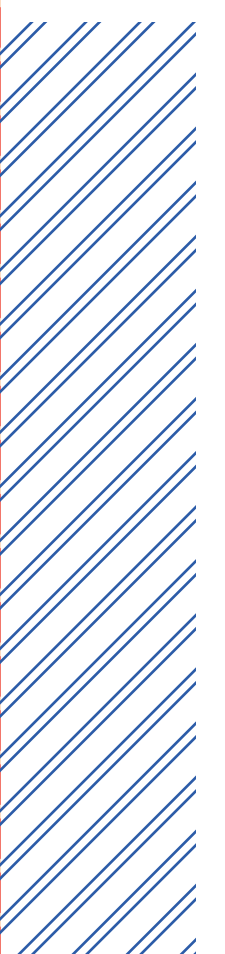
### Educação Integral como direito e responsabilidade coletiva

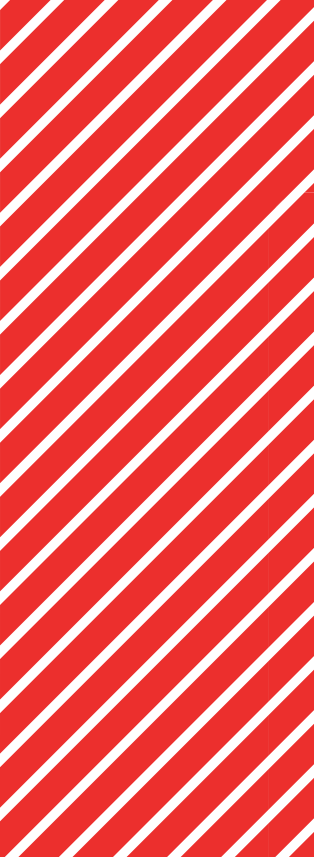
Destaca-se que a Educação Integral necessita ser compreendida como um projeto de sociedade, fundamentado no desenvolvimento integral dos sujeitos em suas dimensões cognitiva, emocional, ética, física, social, política e cultural. O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640/2023, por meio do Eixo Entrelaçar, propõe que as redes de ensino assumam a intersetorialidade como princípio de gestão e ação, fortalecendo a integração entre políticas públicas de educação, saúde, assistência social, comunicação, cultura, direitos humanos, esporte, meio ambiente, ciência e tecnologia, entre outras. Essa integração favorece a construção de trajetórias educativas mais equitativas e contextualizadas, reduzindo desigualdades e fortalecendo vínculos entre escola e território.

### Conceito e categorias de intersetorialidade

A intersetorialidade é compreendida como uma estratégia central das políticas públicas e um eixo transformador da gestão educacional, voltada para alcançar resultados com impacto social significativo. Seu propósito é garantir o desenvolvimento integral de bebês, crianças, adolescentes e jovens, articulando esforços entre diferentes esferas governamentais – federal, estadual, municipal e distrital – e entre Ministérios, Secretarias e órgãos públicos. Essa articulação busca consolidar o *Programa Escola em Tempo Integral* por meio de ações coordenadas que integrem políticas, recursos e saberes, promovendo a construção de territórios educativos que expressem a corresponsabilidade coletiva pela educação.

No campo conceitual, distinguem-se três níveis de intersetorialidade: **coordenação**, quando setores ajustam suas ações sem integração efetiva; **colaboração**, quando compartilham informações e dividem responsabilidades em busca de objetivos comuns; e **integração**, quando há fusão de recursos,





estratégias e governança. Quanto mais avançado o nível de integração, maior a capacidade das políticas públicas de oferecer respostas abrangentes e efetivas a problemas complexos. Contudo, a efetivação da intersectorialidade enfrenta desafios, como a heterogeneidade dos atores, a fragmentação orçamentária, a ausência de cultura colaborativa e a resistência institucional.

## **A Construção da Agenda Intersectorial: Intersectorialidade para a Efetivação da Educação Integral em Tempo Integral**

A consolidação da Educação Integral em Tempo Integral demanda a construção de uma agenda intersectorial capaz de articular políticas públicas, territórios e sujeitos em torno de um projeto coletivo de formação integral. Essa agenda deve se estruturar a partir de uma visão ampliada do território educativo, compreendido como espaço vivo, onde se entrecruzam experiências, culturas, serviços e redes de cuidado. A intersectorialidade, nesse contexto, é vista como estratégia política e pedagógica para garantir que toda a “aldeia” – família, escola, comunidade e diferentes secretarias – participe ativamente do processo educativo.

### **A articulação com o território**

Para que esse direito seja efetivado, a escola precisa reconhecer-se como parte viva do território onde está inserida, um território que abriga histórias, culturas, saberes, equipamentos públicos e sujeitos diversos. A escola necessita assumir um papel articulador de redes locais de proteção, cuidado e aprendizagem, ativando os recursos comunitários existentes.

Essa perspectiva rompe com a visão da escola como instituição isolada e autossuficiente e propõe uma atuação em rede intersectorial. Ao fazer isso, amplia suas possibilidades de cuidado, acolhimento e promoção da aprendizagem, especialmente para os estudantes em maior situação de vulnerabilidade.

### **Responsabilidade compartilhada**

A efetivação da educação integral requer a corresponsabilização entre diferentes setores do poder público e da sociedade civil. Cada setor contribui com sua expertise, seus recursos e suas políticas específicas para garantir o pleno desenvolvimento dos sujeitos educandos. Esse modelo de gestão integrada e territorializada fortalece o papel do Estado na garantia de direitos e promove maior eficiência, equidade e sustentabilidade às ações educativas.

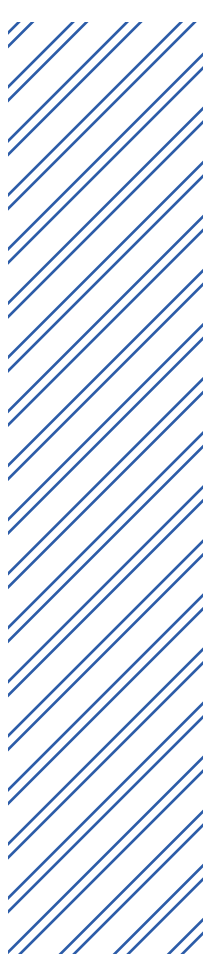
### **A construção dos Territórios Educativos**

A composição de territórios educativos é proposta como estratégia de implementação da educação integral. Trata-se de reconhecer o entorno da escola como espaço de aprendizagem e desenvolvimento, mobilizando equipamentos públicos, organizações sociais, coletivos culturais e saberes tradicionais existentes.

Esse território não é apenas geográfico, mas pedagógico, afetivo e político: ele abriga experiências, culturas, memórias, relações sociais e potências formativas que precisam ser mapeadas, ativadas e integradas à vida escolar. Nessa perspectiva, a escola deixa de ser uma ilha e passa a ser um nó articulador em uma rede de saberes e cuidados, ampliando seus horizontes pedagógicos e sua capacidade de atuação cidadã.

### **Implementando a Intersectorialidade**

A implementação da intersectorialidade na política de Educação Integral em Tempo Integral organiza-se em dois níveis principais: intrassetorial e intersectorial. Na intrassetorialidade, o foco está nas articulações internas às pastas de educação e às diversas políticas do Ministério da Educação



(MEC), promovendo diálogo entre diferentes Secretarias e departamentos, como Diversidade, Educação Integral, Educação Especial na perspectiva Inclusiva e Formação Docente. O objetivo é alinhar programas, otimizar recursos e garantir que as ações estejam integradas em torno da formação integral dos estudantes, evitando sobreposições e fragmentações. A intersectorialidade amplia esse movimento ao estabelecer parcerias estratégicas com outras Secretarias, Ministérios e órgãos das diversas instâncias federativas, reconhecendo que a efetivação da Educação Integral depende da ação coordenada entre diferentes políticas públicas. São oito as áreas prioritárias para essa articulação, com seus respectivos projetos e parcerias:

**Educação midiática:** parceria com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, para promover competências de leitura crítica das mídias e combater a desinformação.

**Cultura:** integração com o Ministério da Cultura para potencializar o acesso às artes, patrimônios culturais e espaços de expressão estética dos estudantes.

**Esporte:** articulação com o Ministério do Esporte para consolidar práticas corporais, jogos e atividades físicas como dimensões educativas e formativas.

**Ciência e tecnologia:** parceria para fomentar pensamento e pesquisa científica, cultura digital e projetos de inovação nas escolas.

**Meio ambiente:** diálogo com o Ministério do Meio Ambiente para promover educação ambiental, sustentabilidade e práticas de cuidado com o território.

**Saúde:** articulação com o Ministério da Saúde para garantir ações de promoção da saúde física e mental, alimentação escolar saudável e prevenção de violências.

**Desenvolvimento social:** integração com políticas de assistência social, garantindo proteção às famílias em vulnerabilidade e fortalecendo redes de apoio.

**Direitos humanos:** transversalidade com políticas de equidade, diversidade e combate às discriminações, assegurando a escola como espaço de inclusão e cidadania.

## O papel dos gestores

A efetividade das ações depende da atuação estratégica dos gestores públicos, que devem liderar o processo de articulação com outros setores, fomentar o diálogo com os territórios e assegurar a institucionalização das práticas intersectoriais por meio de protocolos, convênios e espaços formais de planejamento conjunto.

Mais do que uma diretriz administrativa, o Eixo Entrelaçar representa uma mudança de paradigma na gestão da escola pública, que passa a operar de forma horizontal, participativa e integrada, ampliando seu poder de transformação social e fortalecendo o direito à educação como prática de liberdade e de justiça.

## Elaboração de uma Proposta Político-Pedagógica Intersectorial para a Escola em Tempo Integral

A construção de uma proposta político-pedagógica intersectorial para a Escola em Tempo Integral representa o desdobramento prático da intersectorialidade, consolidando a Educação Integral como um projeto coletivo de formação humana e desenvolvimento social. Essa proposta busca transformar a escola em um território educativo ampliado, no qual as políticas públicas se articulam de forma integrada e corresponsável, assegurando que o tempo ampliado seja também um tempo qualificado.



## Intersetorialidade como Ferramenta Prática

A intersectorialidade é apresentada como uma ferramenta prática e estratégica para a efetivação da Educação Integral, superando a fragmentação das ações governamentais. No âmbito da proposta político-pedagógica, isso significa planejar o currículo e as práticas escolares em diálogo constante com diversas áreas.

Essa articulação não é apenas administrativa, pois também tem natureza pedagógica: implica reconhecer que a aprendizagem se dá em múltiplos espaços, tempos e relações e que o desenvolvimento integral dos estudantes requer ações coordenadas entre diferentes políticas públicas e atores comunitários.

Não se trata, necessariamente, da construção de um novo documento de planejamento, mas da reflexão acerca de como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola se integra em ações intersetoriais, na perspectiva de assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos e, se necessário, da revisão do PPP.

## A Construção de Territórios de Educação Integral

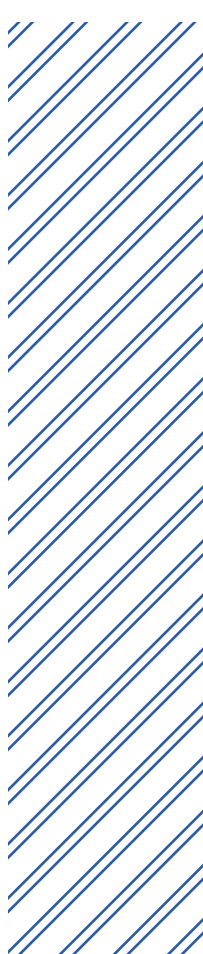
Propõe-se um roteiro para a implementação de territórios de Educação Integral, oferecendo orientações práticas para que redes e escolas transformem esse princípio em realidade concreta. O primeiro passo é a **realização de um diagnóstico territorial**, que consiste em identificar as potencialidades, vulnerabilidades e recursos existentes na comunidade. Esse mapeamento deve incluir equipamentos públicos, organizações sociais e lideranças comunitárias capazes de se integrar à proposta educativa, garantindo que a escola dialogue com o contexto em que está inserida.

Em seguida, recomenda-se o **planejamento intersetorial**, etapa que envolve a reunião de representantes das Secretarias e dos parceiros locais para a definição de objetivos comuns, metas compartilhadas e responsabilidades mútuas. Essa fase busca consolidar uma agenda coletiva de trabalho que reconheça a interdependência entre as políticas públicas e promova ações articuladas em prol do desenvolvimento integral dos estudantes.

Outro componente essencial é a **criação de espaços de governança**, como comitês ou fóruns intersetoriais, que assegurem a continuidade do diálogo, o monitoramento e a tomada de decisão conjunta. Esses espaços fortalecem a gestão democrática e permitem que os diferentes atores acompanhem os avanços e os desafios da implementação, promovendo ajustes e garantindo a sustentabilidade das ações.

A **integração curricular** é apontada como a dimensão pedagógica do processo, na qual as parcerias se traduzem em experiências educativas concretas. Essa integração requisita ampliar o repertório cultural, artístico, científico e social dos estudantes, valorizando aprendizagens significativas e contextualizadas.

A proposta também destaca a importância da **formação dos profissionais**, com a promoção de processos formativos conjuntos entre educadores, gestores e profissionais de outras áreas. O objetivo é fortalecer a visão interdisciplinar e colaborativa, necessária para a efetivação da intersectorialidade no cotidiano escolar.





## Proposta prática: 11 etapas para gestores

**11 Etapas para Construção de Territórios de Educação Integral:** Apresenta-se um "passo a passo" com 11 etapas para que gestores e equipes escolares construam um projeto político-pedagógico intersetorial, com mapeamento dos territórios, articulação com atores locais, promoção da gestão democrática e planejamento conjunto entre políticas.

1

### Identificar valores e princípios éticos comuns:

Estabelecer, entre os atores envolvidos, os valores que guiarão o trabalho intersetorial, como equidade, inclusão, justiça social, solidariedade e o direito à educação de qualidade. Esses princípios orientam a tomada de decisão coletiva e a definição de metas.

2

### Mapear a realidade dos estudantes, dos profissionais da educação, da escola no território: fortalecimento das relações de intrasetorialidade – Perfil da Escola em Tempo Integral (ETI):

Criar um ambiente que estimule a participação ativa dos profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade. Isso inclui fortalecer conselhos escolares, assembleias, fóruns de escuta e a formação continuada sobre gestão democrática. Além disso, demanda a construção de um levantamento diagnóstico da situação dos estudantes, das condições da escola e do território, a fim de compreender vulnerabilidades, potencialidades, equipamentos públicos e redes existentes que podem ser mobilizadas.

3

### Fomentar o desenvolvimento de uma cultura escolar de participação na gestão democrática, promovendo a formação continuada dos profissionais da Educação Integral:

A formação continuada é um elemento fundamental para que os profissionais da educação compreendam as dinâmicas da intersetorialidade e reconheçam seu potencial para responder de forma integrada às demandas da Educação Integral nas escolas de tempo integral. A gestão escolar tem papel estratégico ao identificar, junto à comunidade, as necessidades de formação e as condições para a constituição de equipes ou grupos de trabalho articulados com outros setores. É essencial promover uma cultura democrática e participativa entre os profissionais da educação, garantindo que sua atuação esteja alinhada à proposta político-pedagógica intersetorial construída de forma coletiva.

4

### Identificar articulações já existentes:

Levantar e sistematizar parcerias, convênios e colaborações entre a escola e outros setores (como saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente etc.) que já estejam em andamento. A valorização dessas iniciativas é ponto de partida para fortalecer a intersetorialidade.

5

### Fortalecer a gestão democrática por meio dos conselhos escolares:

Estimular a atuação dos conselhos escolares como espaços legítimos de deliberação e acompanhamento das ações da escola. Eles devem ser parceiros ativos na construção e na execução do projeto político-pedagógico intersetorial.

6

### Sensibilizar os atores estratégicos do território escolar:

Para que a escola se torne um ponto de partida na construção de uma agenda intersetorial, é essencial sensibilizar os atores estratégicos sobre a importância da Educação Integral e suas conexões com diferentes setores da gestão pública. Esse processo demanda o engajamento de lideranças políticas e técnicas, bem como o apoio de universidades, movimentos sociais, coletivos estudantis e meios de comunicação.

7

### Incentivar a participação de bebês, crianças, adolescentes e jovens:

A escuta ativa e o protagonismo estudantil são fundamentais para a construção de territórios educativos vivos e legítimos. Devem ser incluídos em fóruns, diagnósticos, decisões e propostas, como sujeitos de direitos. Além disso, tal como prevê a Lei nº 13.005/2014, é direito dos estudantes participar dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis.

8

**Entrelaçar o território educativo:**

Nessa ação, a escola já tem consciência das suas fragilidades e das suas potencialidades e vai à busca da consolidação das articulações: necessita se conectar de forma planejada com equipamentos culturais, de saúde, lazer, ciência, proteção social e outras instituições. O objetivo é constituir uma rede de proteção e formação integral.

9

**Planejar de modo intersetorial:**

Com base nas etapas anteriores, elaborar planos de ação com objetivos, metas, cronogramas e responsáveis compartilhados entre as secretarias e instituições envolvidas. O planejamento requisita ter caráter coletivo, participativo e corresponsável.

10

**Formalizar as relações intersetoriais:**

É fundamental formalizar a articulação entre os diferentes setores por meio da assinatura de um instrumento intersetorial que assegure a legitimidade e a perceptibilidade das responsabilidades de cada parte envolvida. Esse dispositivo pode assumir diferentes formatos, como Termo de Cooperação, Convênio, Termo de Fomento, Protocolo de Intenções ou adesão formal a um projeto, e tem de garantir o comprometimento institucional indispensável para a execução das ações planejadas. O documento precisa detalhar elementos essenciais, como a criação (quando pertinente) de um grupo gestor intersetorial, a definição das competências e atribuições de cada ator, os recursos a serem mobilizados, o cronograma de execução, as metas estabelecidas e os indicadores de acompanhamento e avaliação.

11

**Monitorar continuamente o território educativo:**

Criar mecanismos de acompanhamento, avaliação e devolutiva dos processos e resultados, com participação da comunidade. O monitoramento necessita orientar ajustes e impulsionar o aprimoramento das práticas. Compreende-se que as esferas federal, estadual, municipal e distrital, respeitadas suas competências, têm o papel de oferecer suporte aos gestores escolares. Nesse contexto, cabe ao gestor municipal identificar, entre os diversos programas em andamento, aqueles que dialogam de forma mais efetiva com as demandas e características do seu território. A partir desse mapeamento, é responsabilidade do gestor municipal mobilizar e orientar os gestores escolares para que aproveitem essas articulações, fortalecendo as ações locais e potencializando os resultados educacionais.

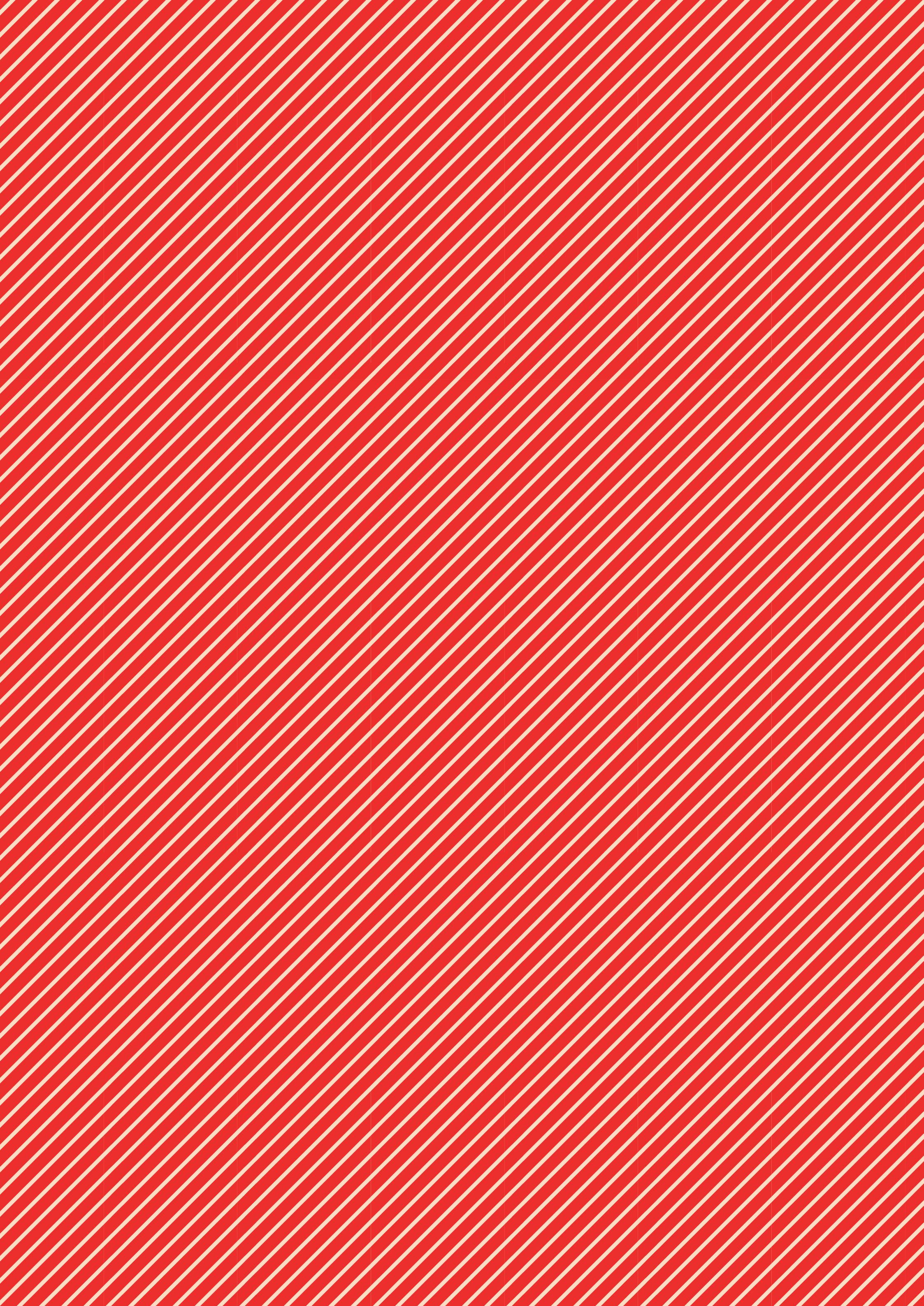
## Palavras finais

Ao propor o alinhamento entre políticas e setores, reafirma-se que “quanto maior a integração entre os setores, maior a capacidade de oferecer soluções completas para questões complexas, como a garantia do desenvolvimento integral dos bebês, crianças, adolescentes e jovens”. Que essa referência inspire gestores, educadores e parceiros institucionais a fortalecerem a cultura da cooperação e da corresponsabilidade, consolidando, em cada território, uma educação pública mais justa, democrática e solidária.

Educar integralmente é mais do que estender o tempo da escola, é alargar horizontes, abrir caminhos e entrelaçar vidas. A Educação Integral em Tempo Integral nasce do reconhecimento de que nenhuma criança ou jovem se forma sozinho. É na força do coletivo, na presença de muitos, que se constroem as oportunidades de aprender, de ser e de pertencer.

Implementar a intersetorialidade é semear futuro: é planejar com os outros, é escutar com empatia, é construir com as mãos e os sonhos de muitos. É compreender que cada política pública é um fio e que somente entrelaçados eles formam a rede capaz de sustentar a dignidade e o florescimento das infâncias e adolescências.





# ESCOLA em Tempo Integral

## EIXO ENTRELAÇAR

### GUIA PARA GESTORES(AS) ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL NA JORNADA ESCOLAR DE TEMPO INTEGRAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO (MEC):**

Camilo Sobreira de Santana

**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB):**

Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt

**DIRETOR DE POLÍTICAS E DIRETRIZES DA  
EDUCAÇÃO INTEGRAL BÁSICA:**

Alexsandro do Nascimento Santos

**COORDENADORA-GERAL DE EDUCAÇÃO  
INTEGRAL E TEMPO INTEGRAL:**

Raquel Franzim

**COORDENADOR DE PROJETOS:**

Alexandre Falcão de Araújo

**UNIVERSIDADE PARCEIRA:**

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

**REITORIA:**

João Alfredo Braida

**COORDENAÇÃO DO PROJETO EIXO  
ENTRELAÇAR DO PROGRAMA ESCOLA EM  
TEMPO INTEGRAL:**

Larissa de Lima Trindade e  
Alana Zamoner Sbaraini

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:**

Elsio José Corá

**DIAGRAMAÇÃO:**

Luan Fernandes Zanchet

**REDAÇÃO:**

Maria Sílvia Bacila, a partir do “Documento de Referência para Articulação Intersetorial na Jornada Escolar de Tempo Integral, na Perspectiva da Educação Integral”, produzido pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e pela UFFS, com autoria de Jaqueline Moll (coordenação), Gesuína Leclerc, Juliana Matoso Macedo, Lúcia Helena Alvarez Leite, Marta Azevedo Klumb Oliveira e Neusete Machado Rigo.

**REVISÃO TÉCNICA:**

Alexandre Falcão de Araújo e  
Raquel Franzim

**REVISÃO ORTOGRÁFICA:**

Cinara Sabadin Dagneze Jappe